



v. 4, n.4, jul./dez. 2018 ISSN: 2527 - 1253

Potencialidades socioeconômicas de desenvolvimento endógeno das Serras do Matoso e do Piloto (S. M/P) – Rio de Janeiro – BR

NASCIMENTO, Carlos Alberto Sarmiento *

VILELLA, Lamounier Erthal **

VIANNA, Márcio Albuquerque***

IKEDA Jr., Riyuzo ****

LOYOLA, Larissa Vida*****

*Doutorando no programa de Pós Graduação em Ciência, tecnologia e inovação Agropecuária, Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ, Bolsista CNPq pelo programa Pro-integração, Pesquisador do Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial – PEPEdT – UFRRJ, Endereço: Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular – CASTE, BR-465, Km 7 – UFRRJ, Seropédica - RJ, Brasil E-mail: ca.samento@ig.com.br

**Professor do PPGCTIA/PPGDT/UFRRJ e Coordenador do Programa de Educação Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento territorial PEPEdT/UFRRJ, Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ, Endereço: Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular – CASTE, BR-465, Km 7 – UFRRJ, Seropédica, RJ - CEP: 23897-000, e-mail: lamounier.erthal@gmail.com.

***Professor da UFRRJ e doutor na área de Políticas Públicas Comparadas pelo PPGCTIA/UFRRJ, Pesquisador do Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial PEPEdT, Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ, Endereço: Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular – CASTE, BR-465, Km 7 – UFRRJ, Seropédica, RJ - CEP: 23897-000 e-mail: marcioviannamat@ufrj.br

****Doutorando na área de políticas públicas comparadas no programa de Pós Graduação em Ciência, tecnologia e inovação Agropecuária – PPGCTIA, Mestre em Desenvolvimento territorial e Políticas públicas pelo PPGDT / UFRRJ, pesquisador no Programa de Ensino Pesquisa e Extensão em Desenvolvimento Territorial PEPEdT/UFRRJ. Instituição: Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro UFRRJ, Endereço: Casa da Agricultura Familiar, Sustentabilidade, Territórios e Educação Popular – CASTE, BR-465, Km 7 – UFRRJ, Seropédica, RJ - CEP: 23897-000, e-mail: rikedajunior@gmail.com

***** Graduanda em Licenciatura em História – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Bolsista do projeto de Formação Agroecológica para Jovens Cidadãos do Rio de Janeiro – UFRRJ. E-mail: larissavidal99@yahoo.com

Este artigo busca compreender realidades específicas no território brasileiro na medida em que particularidades locais sofrem contínua pressão (Econômica, social, cultural, política, tecnológica, etc.), seja pela exploração do espaço, do trabalho humano, dos recursos naturais e ambientais, onde o “acumulo do capital o consumo compulsivo de bens e serviços, como parte do sentido de existência” (LISBOA, 2009, p.11), mais especificamente este trabalho versa sobre a região rural da Serra do Matoso / Serra do Piloto, Itaguaí - Mangaratiba, Baía da Ilha Grande (BIG), Rio de Janeiro - Brasil, buscando promover a valorização dos aspectos endógenos como uma alternativa para o desenvolvimento socioeconômico local. A metodologia utilizada é de modelo qualitativo de característica exploratória (VERGARA, 2007), com bases bibliográficas, documentais e telemáticas (GIL, 2002), os resultados foram compreendidos a partir das visitas de campo, somado a participação governamental e não governamental local, na medida em que se valorize as práticas do bem comum de maneira coletiva e dialógica, onde “essa racionalidade comunicativa exprime-se força unificadora da fala orientada ao entendimento mútuo, discurso que assegura [...] o horizonte no interior do qual todos podem se referir a um único e mesmo mundo objetivo (HABERMAS, 2004, p.107). Foram obtidos resultados prévios com identificações de ações mensuráveis como práticas de potencialidade para o desenvolvimento endógeno e socioeconômico local, a partir de uma pré-disposição geográfica territorial que produz intrinsecamente uma relação de alternativas frente aos cenários capitalistas globalizantes, fornecendo para os atores locais mecanismos de sobrevivência e desenvolvimento local conjunto de forma coesa e horizontalizada.

Palavras – Chave: Território rural; Desenvolvimento endógeno; Gestão social; Turismo rural.

This article seeks to understand specific realities in the Brazilian territory as local particularities undergo continuous pressure (economic, social, cultural, political, technological, etc.), or by the exploration of space, human labor, natural and environmental resources, where the “Accumulation of capital and compulsive consumption of goods and services as part of the meaning of existence” (LISBOA, 2009, p.11), more specifically this work is about the rural region of Serra do Matoso / Serra do Piloto, Itaguaí - Mangaratiba, Baía da Ilha Grande (BIG), Rio de Janeiro - Brazil, seeking to promote the valuation of endogenous aspects as an alternative for local socioeconomic development. The methodology used is a qualitative exploratory characteristic model (VERGARA, 2007), with bibliographic, documentary and telematic bases (GIL, 2002), the results were understood from the field visits, together with local governmental and non-governmental participation in the in which collective communicative rationality expresses itself as a unifying force of speech oriented to mutual understanding, a discourse that ensures ... the horizon within which all can refer to a single and same objective world (HABERMAS, 2004, p.107). Previous results have been obtained with identifications of measurable actions as practices of potentiality for local endogenous and socioeconomic development, based on a geographic territorial preset that produces intrinsically a relation of alternatives to the globalizing capitalist scenarios, providing for the local actors mechanisms of survival and local development together in a cohesive and horizontal way.

Key words: Rural territory; Endogenous development; Social management; rural tourism

Este artículo busca comprender realidades específicas en el territorio brasileño en la medida en que las particularidades locales sufren continuamente presión (Económica, social, cultural, política, tecnológica, etc.), sea por la explotación del espacio, del trabajo humano, de los recursos naturales y ambientales, “bienes de acumulación de capital compulsivos y servicios de consumo como parte del sentido de la existencia” (Lisboa, 2009, p.11), más específicamente este trabajo se aborda en el campo de la Serra do Matoso / Serra piloto, Itaguaí - Mangaratiba (BIG), Río de Janeiro - Brasil, buscando promover la valorización de los aspectos endógenos como una alternativa para el desarrollo socioeconómico local. La metodología utilizada es de modelo cualitativo de característica exploratoria (VERGARA, 2007), con bases bibliográficas, documentales y telemáticas (GIL, 2002), los resultados fueron comprendidos a partir de las visitas de campo, sumado a la participación gubernamental y no gubernamental local, en la medida en que se valore las prácticas del bien común de manera colectiva y dialógica, donde “esa racionalidad comunicativa se expresa fuerza unificadora del habla orientada al entendimiento mutuo, discurso que asegura [...] el horizonte en el interior del cual todos pueden ser a referirse a un único e incluso mundo objetivo (HABERMAS, 2004, p.107). Se obtuvieron resultados previos con identificaciones de acciones mensurables como prácticas de potencialidad para el desarrollo endógeno y socioeconómico local, a partir de una pre-disposición geográfica territorial que produce intrínsecamente una relación de alternativas frente a los escenarios capitalistas globalizantes, proporcionando a los actores locales mecanismos de desarrollo supervivencia y desarrollo local conjunto de forma cohesiva y horizontalizada.

Palabras clave: Territorio rural; Desarrollo endógeno; Gestión social; Turismo rural.

1. Introdução

Entender a realidade de localidades no território brasileiro perpassa pelo entendimento mais amplo, da associação escalares entre o global e o local, na medida em que particularidades específicas das localidades sofrem contínua pressão (Econômica, social, cultural, política, tecnológica, etc.), de instâncias macro no comedimento em que, economicamente falando, o local só tem importância para algumas esferas de poder se trazer consigo de alguma forma retorno de capital (BRANDÃO, 2012), seja pela exploração do espaço, do capital e trabalho humano ou dos recursos naturais e ambientais do território.

Este cenário ocorre tanto em nível brasileiro, assim como em outras realidades globais, principalmente em escalas territoriais marginais, e tem como uma de suas principais bases o “Acumulo do capital o consumo compulsivo de bens e serviços, como parte do sentido de existência” (LISBOA, 2009, p.11), este cenário de pressões multiescalares, acabam que por fim resumindo e associando crescimento com desenvolvimento no sentido de validar a exploração do local, pela justificativa do acumulo de dividas.

O desenvolvimento é um processo de transformação econômica, política e social, através do qual o crescimento do padrão de vida da população tende a tornar-se automático e autônomo. Trata-se de um processo global [...] Não tem sentido falar-se em desenvolvimento apenas econômico, ou apenas político, ou apenas social. Não existe desenvolvimento dessa natureza, parcelado, setorializado, a não ser para fins de exposição didática. Se o desenvolvimento econômico não trazer consigo modificações de caráter social e político, se o desenvolvimento social e político não for a um tempo o resultado e a causa de transformações econômicas, será porque de fato não tivemos desenvolvimento. (BRESSER-PEREIRA, 2003)

O aspecto único e exclusivo do viés econômico,

como promotor do local, acaba de forma infundavelmente conduzindo a “redução do potencial do ser vivo ao estatuto do artefato e praticamente transformação dos seres vivos em máquinas artificiais” (MORIN, 1999, p. 395), alterando a percepção humana e o seu sentido de existência nos processos meramente acumulativos do capital, diminuindo a importância dos valores sociais, políticos, culturais, tão fundamentais no traço de particularidade e formação dos territórios e do próprio sentimento de pertencimento¹ destes personagens sinalagmáticos. (RAFFESTIN, 1993)

O acumulo de capital o consumo compulsivo de bens e serviços, como parte do sentimento de existência. Ainda que todos os que acumulam capital sejam consumidores, e todos os consumidores contribuam de uma forma ou de outra para o acumulo de capital [...] Cidadãos atraídos pela posse de dois fetiches: O Capital – o dinheiro que se acumula ou a mercadoria, o bem que se submete a nossa vontade. Ambos os fetiches que se esvaem num piscar de olhos, exigindo que continuemos a busca-los, a perde-los e a recupera-los interminavelmente (LISBOA, 2009, p. 11).

Dentro desta perspectiva os atores em escala local, tornam-se um globalismo localizante onde vivenciam o “impacto específico nas condições locais produzidos pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem de localismos globalizados” (SANTOS, 2005, p. 66), replicando as necessidades globais que exercem poder sobre o local (BRANDÃO, 2012), resultando por muitas vezes em desterritorializados (HAESBAERT, 2012) em sua própria terra.

Neste sentido a utilização da proposta do desenvolvimento endógenos do território, se apresenta como uma medida da promoção do coletivo a partir de suas nuances impares (do local), e torna-se uma alternativa e uma perspectiva de desenvolvimento local, rearranjos socioeconômicos destes espaços e seus atores, não necessariamente tendo o aspecto econômico

¹ A “sensação de pertencimento” refere-se à transformação do comportamento, de atitudes e valores fundamentais no processo de relação entre as atores no território (JARA, 2001)

como único fim.

O desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. (BARQUERO, 2001, p. 39)

A partir desta última análise, este artigo propõe apresentar uma alternativa de desenvolvimento endógeno (ainda em processo de construção, junto aos atores do território), como uma opção de promoção do local, subsistência e valorização do território, como frente aos processos de desterritorialização, que não necessariamente necessite de permissão macros e multiescalares de poder.

2. Metodologia e Objetivo

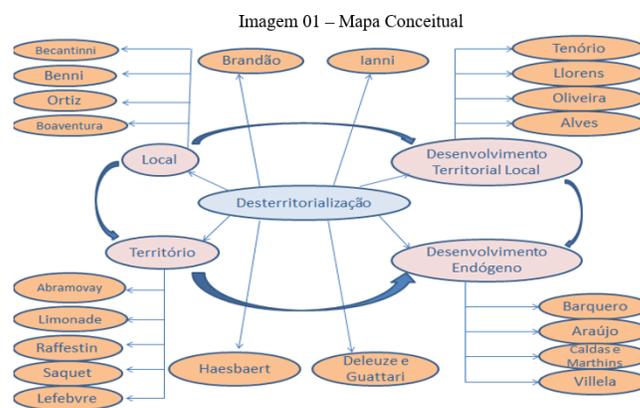
A metodologia utilizada para esse artigo baseia-se em um modelo qualitativo de característica exploratória (VERGARA, 2007), utilizando como alicerce análises histórico-crítica pautada em uma base bibliográfica, documental e telemática (GIL, 2002), pesquisa utiliza-se do acompanhamento de reuniões do colegiado do território da Baía da Ilha Grande (BIG - RJ), assim como as reuniões do Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento Territorial (LPDT) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), assim como a construção e atividades dos Grupos de Trabalho (GT) do desenvolvimento das atividades relacionadas a construção do Plano de Desenvolvimento Territorial Rural Sustentável e Solidário (PTDRSS) da BIG.

O objetivo deste trabalho é apresentar o potencial do turismo rural da Serra do Matoso / Serra do Piloto (Itaguaí - Mangaratiba), a partir da perspectiva da valorização dos aspectos endógenos e propostas dos atores locais como uma alternativa para a promoção e desenvolvimento socioeconômico das localidades,

frente aos processos de desterritorialização. Propondo ações que sejam promotoras e que visem alternativas para o desenvolvimento coletivo. Dentre os principais referenciais bibliográficos e documentais deste artigo destacam-se aquelas que têm um aprofundamento teórico sobre os termos de Desterritorialização, Território e território rural, Local, Desenvolvimento territorial Local, desenvolvimento endógeno. Apresentados no mapa conceitual (abaixo), como um artifício norteador das ações e perspectivas que serão utilizados nesse trabalho.

Este mapa conceitual tem como finalidade proporcionar bases bibliográficas acadêmicas que norteia a discussão referencial deste trabalho, na medida de delimitar a perspectiva de alguns termos fundamentais para este artigo e promover o aprofundamento do que se refere a algumas terminologias mais específicas e de uso recorrente nestas obras.

Imagem 01 – Mapa Conceitual



Fonte: Autor

2.1 Delimitação de pesquisa

O recorte temporal deste trabalho ocorre no primeiro semestre de 2017, o mesmo se encontra em processo de construção, e tem como seu recorte espacial os municípios de Itaguaí que conta atualmente com uma população estimada de 120 mil habitantes (274,401Km²) e o município de Mangaratiba que tem uma população estimada de 41.557 mil habitantes (358,982Km²). (IBGE – CIDADES, <https://cidades.ibge.gov.br/>, extraído em 07 de agosto de 2017). Mais

especificamente este artigo tem suas delimitações de pesquisa as Serras do Matoso – Itaguaí – RJ (22° 51' 75, 43° 46' 30W) e Serra do Piloto – Mangaratiba – RJ (22° 57' 36S, 44° 2' 27 W), local de características rurais² e serranas, situados nas regiões metropolitanas e Costa Verde no Estado do Rio de Janeiro.³ As Serras do Matoso / Serra do Piloto (S.M/P), tem seus limites geográficos em região de serra com municípios de Seropédica, Piraí e Rio Claro, entretanto os mesmo não serão contemplados neste trabalho, por não estarem situados dentro da perspectiva de turismo rural alçada pelos atores envolvidos.

d) Desenvolvimento territorial local e) desenvolvimento.

3.1 Território e território rural

A definição de território a ser utilizado nesse trabalho, tem suas perspectivas baseadas, em aspectos que vão para além dos limites geográficos, valorizando aspectos intrínsecos de cada região, como sua historicidade, cultura, meio ambiente, econômica, política, atores locais, ciência e tecnologia, etc. neste aspecto o território torna-se um “exercício da identidade” (CANÇADO (Org.) 2013, p. 91), carregado de uma sensação de pertencimento impar de simbolismos (TILLY, 1996), que trazem uma perspectiva de coesão social entre seus atores (TENÓRIO, 2013, p. 27), que visem como fim comum à valorização destes totens singmáticos, para além da questão geográfica.

“um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial” (Brasil, MDA/SDT, 2005)

A valorização dos atores dentro do processo de construção do território propõe o entendimento a partir de uma relação comunicativa, tendo nestas unidades a dialética (LEFEBVRE, 1995), como abertura para o desenvolvimento. Assim sendo o território é fundamentado no espaço com seus aspectos epistemológico de poder e simbolismos. É o que Haesbaert (2004), denomina como território cultural ou simbólico-cultural, sendo o território ambiente de subjetividades e imaterialidades sócio históricas e culturais. Estas perspectivas de entendimento do território compreendem ações de multiplicidades socioculturais, desenvolvido pelo próprio ator local que



Mapa 01 – Serra do Matosos / Serra do Piloto

Fonte: Feita pelo autor com base na pesquisa de campo e Google maps

3. Discussão referencial

Como apresentado no mapa conceitual, deste artigo a discussão referencial propõe um aprofundamento de termos e tem com a finalidade a contextualização teórica como medida de analisar e busca de compreensão sobre as propostas indicadas neste trabalho, cabendo o destaque explicativo e discussão teórica, principalmente dos seguintes termos: a) Território, b) Desterritorialização, c) Local,

2 As cidades não são definidas pela indústria nem o campo pela agricultura. [...] Portanto, a unidade de análise [...] mais especificamente, aquelas onde as pessoas vivem em áreas de povoamento menos denso que o restante do país. Em outras palavras, desenvolvimento rural é um conceito espacial e multissetorial e a agricultura é parte dele. (ABRAMOVAY, 2000, p. 06)

3 Os municípios de Itaguaí e Mangaratiba pertencem concomitantemente as duas regiões (Metropolitana e Costa Verde)

molda o espaço (HAESBAERT, 2007).

A representação [...] é, portanto, um conjunto definido em relação aos objetivos de um ator. Não se trata, pois, do “espaço”, mas de um ambiente construído pelo autor, que comunica suas intenções e a realidade material por intermédio de um sistema sêmico. Portanto, o lugar representado não é mais o espaço, mas a imagem do mesmo, ou melhor, do território visto e/ou vivido. É em suma, o espaço que se tornou o território de um ator, desde que tomado numa relação social de comunicação. (RAFFESTIN, 1993, p. 147)

Assim sendo é a territorialização que dá sentido ao território como um espaço de continua mudança e construção da “identidade territorial” (HAESBAERT; LIMONAD, 2007), apresentando uma “orientação fundamental para a compreensão e explicação de fenômenos e processos sociais e espaciais” (SAQUET; ALVES, 2014, p. 577), nesta perspectiva podemos entender a territorialidade dentro do contexto territorial humano mais amplo como características que “podem ser temporários ou mais permanentes e se efetivam em diferentes escalas, envolvendo, sempre, a síntese dialética do natural e do social que reside no homem” (SAQUET, 2010, p. 128).

A visão de território neste artigo vislumbra o papel principal das “potencialidades ativas dos territórios na constituição de processos e relações sociais e de poder” (KOGA e NAKANO, 2005, p. 68), focado principalmente na relação dos atores que vivenciam o cotidiano do espaço e o que o proporciona (e como é transformado) o meio que os cercam. Associando essa perspectiva ao contexto local podemos apresentar os termos território e local como questões dicotômicas em um contexto estrutural geográfico, entretanto complementares na medida em que, tange o desenvolvimento territorial local, como o somatório e valorização qualitativa de vários atores e varias localidades que vivenciam os mesmos perfis indenitários.

3.2 Desterritorialização

Apesar de desterritorialização, ser tratado em muitos casos como um processo de multiterritorialidade (HAESBAERT, 2012), e/ou mundialização (BRANDÃO, 2012), a perspectiva deste artigo é entender o conceito de desterritorialização, como um processo que envolve processos de pressão externos multiescalares globalizantes, que influenciam e exploram espaços marginais e sobreposição de alguns ambientes sobre os outros levando inclusive a obliteração do seu espaço-tempo. (CASTELLS, 1996).

Logo a desterritorialização no sentido abordado seria um processo exploratório sistêmico do global frente ao local, absorvendo dos territórios suas riquezas ambientais e humanas e sociais, de forma onde a produção do sistema capitalista não se limita aos processos financeiros extrapolando aos conceitos de limitação de sociedades, características exploratórias e de banalização (DÉBORD, 1997), promovendo uma “desterritorialização das relações sociais [...] um conjunto desterritorializados de relações sociais articuladas entre si” (ORTIZ, 1994, p. 49 e 50).

A premissa de compreender a amplitude do conceito desterritorializar em questão, propõe um entendimento de forma multi/trans disciplinar, de uma maneira que respeite as visões setorializadas de enfoque de vários conceitos (geográfico, cientista político, econômico, antropológico, sociológico, econômico e psicológico), mas que tenha um entendimento amplo e completo que absorva todas essas análises em uma definição central de um constructo sobre o que é desterritorializar.

Enquanto o geógrafo tende a enfatizar a materialidade do território, em suas múltiplas dimensões (que deve[ria] incluir a interação social-natureza), a ciência política enfatiza sua construção a partir de relações de poder (na maioria das vezes, ligada a concepção de Estado); a econômica, que prefere a noção de espaço à de território, percebe-o muitas

vezes como um fator locacional ou como uma das bases de produção (enquanto “força produtiva”); A antropológica destaca sua dimensão simbólica, principalmente no estudo das sociedades ditas tradicionais (mas também no tratamento do “neoliberalismo” contemporâneo); A Sociologia o enfoca a partir de suas intervenção nas relações sociais; em sentido amplo, e a psicologia, finalmente, incorpora-o no debate sobre a construção de subjetividade ou da identidade pessoal, ampliando-o até a escala indivíduo. (HAESBAERT, 2012, p. 37)

Assim sendo a desterritorialização no sentido amplo é apresentado como um processo de entendimento no somatório de várias perspectivas, sendo em sua grande maioria das vezes uma ação forçada e não voluntária (HAESBAERT, 2012) e por vezes dotadas de ações violentas (FERNANDES, 2008), de sobreposição de fatores externos ou de uma minoria, frente os anseios de uma maioria local, como um falso crescimento travestido de desenvolvimento. Incitado pela concepção geral de globalização que “tende a desenraizar as coisas, as gentes e as ideias [...] o novo e surpreendente processo de desterritorialização, uma característica essencial da sociedade globalizada” (IANNI, 1992, p. 92 e 93) é o que reitera Smith (1988), no sentido que trata a questão onde o “capital não somente produz o espaço em geral, mas também produz as reais escalas espaciais que dão ao desenvolvimento desigual a sua coerência” (SMITH, 1988, p. 19).

O contexto desterritorialização, por fim, tem em seus atuais traços pautados em uma estrutura pós-moderna que refazem a ideia do espaço-tempo (DELEUZE; GUATTARI, 1997), conforme as necessidades e interesses de grupos específicos que tem como resultado único e exclusivo obedecer aos interesses finais do capital.

3.3 Local

O entendimento de local baseia-se na perspectiva

do entendimento de espaços, de aplicação prática das múltiplas formas e constituem o território, ou seja, existem múltiplos “locais”, dentro de um mesmo ambiente e o somatório destes ambientes, constituem na personificação do território.

Proposta defendida por Becattini (1994), que apresenta os locais como espaços de autonomia, que promovem a transmissão do conhecimento e de particularidades deste conhecimento tácito, transmitido a partir do saber fazer local, simbolismos, particularidades linguísticas e sentimentais, promovida na prática pela interação de seus atores, neste contexto os “locais” de diversas formas com “inúmeras outras instâncias públicas e privadas, econômicas, políticas, culturais, religiosas e de solidariedade” (BECATTINI, 1994, p.20), instâncias estas que promovem o valor do território, a partir do local através de suas “diferentes centralidades, temporalidades e territorialidades. Os processos sociais e naturais, e mesmo nosso pensamento” (SAQUET, 2007, p.57)

Sendo este local, um reflexo das propostas hegemônicas dominantes (BRANDÃO, 2012) sofrendo “impacto específico nas condições locais produzidos pelas práticas e imperativos transnacionais que decorrem de localismos globalizados” (SANTOS, 2005, p. 66), ou espaços de luta pelo desenvolvimento frente à proposta hegemônica capitalista (MARTHINS; CALDAS, 2009), podendo existir concomitantemente nos mesmos territórios locais distintos que não se convergem, podendo romper internamente entre si, tornando-se “processo irreversível, como toda a criação humana feita por grupos de poder, onde apresenta regras, tanto que impelem ao processo de todos” (BENNI, 2003, p.14).

Assim sendo podemos identificar o local dentro do território, como espaços públicos e privados de construção da paisagem a partir dos somatórios de espaços como: praças, igrejas, escolas, estádios,

arenas, teatros, empresas, praças de alimentação, cinemas, bares, rodas culturais, cemitérios, ruas, pontos turísticos, bebedouros, casas etc. locais nesse contexto também podem apresentar formas mais amplas como: Comunidades, bairros, associações, vilas, porto, regiões rurais ou urbanas, serranas ou costeiras, etc. e demais espaços que validem “tudo o que nós cerca [...] formada não apenas de volumes, mas também de cores, movimentos, odores e sons” (SANTOS, 2008, p. 67-68), locais esse de aplicação das territorialidades que diferenciam este local (e o território), de demais espaços. Ou seja, o território em sua essência e feita pelo somatório de múltiplos locais, e justamente por isso, mesmo sendo termologias distintas são concomitantemente complementares.

3.4 Desenvolvimentos Territorial local

Analisando os contextos local e territorial já citado neste capítulo, a questão do desenvolvimento territorial é pensar no somatório do desenvolvimento de espaços locais dentro do mesmo contexto territorial. Entendendo como um processo de avanço coletivo muito para além do crescimento de determinado grupo ou determinada localidade, desfazendo a ideia de crescimento econômico, como medida única e principal de se avaliar melhoria destes espaços (TENÓRIO, 2013).

As ações de desenvolvimento territorial local têm como seu cerne o crescimento exponencial em vários seguimentos e em várias localidades e searas de uma forma escalar localizada de luta e experiências exitosas para um coletivo frente a realidades contra hegemônicas (MARTINS; CALDAS, 2009).

O desenvolvimento local denota as melhorias da qualidade de vida substantiva e instrumental de determinada localidade [...], portanto, a lógica do desenvolvimento local necessita do surgimento e do fortalecimento de atores inscritos em seus territórios e com capacidade de iniciativa e propostas socioeconômicas que promovam as potencialidades locais, apostando em uma melhoria integral

da qualidade de vida da população. (TENÓRIO, 2013, p. 25 e 26)

Cabe neste conceito tratar o desenvolvimento territorial local enquanto um espaço de luta e conflito, de diferenciação de comportamentos, entretanto é justamente nestas múltiplas perspectivas do local, que valorizam e podem (se bem conduzidas), promover o territorial, ou seja, a “perspectiva do desenvolvimento local[...] compreende a heterogeneidade e a complexidade do mundo real, sua características ambientais específicas, os atores sociais e sua mobilização em torno das diversas estratégias e projetos”(LLORENS, 2001, p. 111). Nesta perspectiva buscar a aproximação entre os atores de localidades distintas com perspectivas particulares na formação que resulte no desenvolvimento territorial e não somente o crescimento de algumas partes.

Realidades estas impositivas que se apoderam do termo de forma a desmistificar sua real definição, posicionando o “desenvolvimento local [...] Em nome de novos empregos e do aumento de renda, privatiza-se o público e retira-se do lugar a memória, a cultura do local” (OLIVEIRA, 2001, p. 24), portanto o desenvolvimento territorial local neste sentido trata das melhorias coletivas para além da analogia espaço-tempo, tendo nas relações humanas a centralidade de sua promoção (SAQUET; ALVES, 2014), desenvolvendo de forma coletiva e ampliada um sentido de territorialidades e promoção multiescalar.

3.5 Desenvolvimento Endógeno

Assim como o desenvolvimento territorial local o desenvolvimento endógeno, perpassa obrigatoriamente pelo crescimento de vários setores e localidades no mesmo território, não somente em alguma área específica ou em detrimento de outra, entretanto o que diferencia o desenvolvimento endógeno dos demais tipos de desenvolvimento são a promoção e incremento socioeconômico de um território a partir da participação

direta de seus atores e da população local, objetivando o bem estar coletivo a conservação do ambiente e a valorização dos aspectos produtivos locais.

O desenvolvimento endógeno propõe-se a atender às necessidades e demandas da população local através da participação ativa da comunidade envolvida. Mais do que obter ganhos em termos da posição ocupada pelo sistema produtivo local na divisão internacional ou nacional do trabalho, o objetivo é buscar o bem-estar econômico, social e cultural da comunidade local em seu conjunto. Além de influenciar os aspectos produtivos (agrícolas, industriais e de serviços), a estratégia de desenvolvimento procura também atuar sobre as dimensões sociais e culturais que afetam o bem-estar da sociedade. (BARQUERO, 2001, p. 39).

Ou seja, na perspectiva deste artigo o desenvolvimento endógeno “consiste em endogeneizar uma série de variáveis anteriormente exógenas (tais como o capital humano, o meio-ambiente, etc.) de modo a gerar rendimentos crescentes. (ARAUJO, 2014, p. 107)”, com entendimento de que endogeneizar tem um maior potencial de acerto na medida em que se faz a partir da valorização do coletivo e do conjunto na sociedade, enquanto o exógeno tem um caráter impositivo (*Top Down*), para a sociedade. Esta perspectiva é tratada por Caldas e Marthins (2005), como uma medida contra hegemônica, onde as potencialidades locais visam o desenvolvimento territorial de forma mais ampla, em um ideal de “baixo para cima” (*Buttomup*), contrariando as logicas mercadológicas excludentes

Brandão (2012) sinaliza o risco da ampliação do termo endógeno, podendo se utilizado de forma errônea proporcionar a compreensão de que “o local tudo pode”, promovendo a falsa ideia de que o desenvolvimento endógeno possa ocorrer em qualquer ambiente, somente a partir do fruto de interesse de seus atores, tornando-se uma ideia “endógena exagerada”, quando na verdade a proposta de desenvolvimento endógeno deve priorizar não somente os atores envolvidos, mas também outros fatores como: Meio ambiente, política, localidades,

espaço, economia local, etc.

O ideal de desenvolvimento endógeno, para este artigo visa relacionar o crescimento multisetorial de um território e de seus atores para além somente do viés econômico, na medida em que busca a valorização e utiliza dos recursos (humanos e ambientais) locais de forma que valorize a conservação do espaço controlando seus processos de produção e promovendo o bem estar coletivo.

4. O território das Serras do Matoso e Serra do Piloto

O levantamento territorial a seguir, foi realizado a partir de quatro visitas de campo nas localidades da Serra do Matosos (Itaguaí - RJ) e Serra do Piloto (Mangaratiba - RJ) - (S M/P), durante os meses de Abril e Junho de 2017. Ambas localidades são interligadas e possuem características similares.

A Serra do Matoso, iniciando no entroncamento entre a estrada do Cacau, subindo a direita por toda a estrada do caçador, separando com a estrada do Nono, pelo distrito de Ibituporanga, perfazendo um total de 8.2 Km². Já a Serra do piloto, situado no Município de Mangaratiba, inicia nas Ruínas da praia do Saco, seguindo sentido estrada de São João Marcos (RJ-149), região conhecida como “Do Saco”, onde se encontra o “centro da Serra do Piloto”, com uma distância média de 12.3 Km. Ao todo o curso entre ambas as localidades somados perfazem um total de 20.5 Km² se for incluído o percurso que interliga ambas as serras o percurso total aumenta para 50. Km², sendo boa parte de “chão de terra batido” e sem atrativos de paradas.



Mapa 02 – Distância localidades Serra do Matoso Serra do Piloto

Fonte: Feita pelo autor com base na pesquisa de campo e Google maps

Ambas localidades, Serra do Matoso e Serra do Piloto (S. M/P), interligam-se por uma saída vicinal de estrada após o centro da Serra do Piloto (Mangaratiba - RJ), localizado entre o Parque Estadual do Cunhambebe e a Represa de Ribeirão das Lajes, encontrando-se com a estrada do Nono nas proximidades do Rancho Claudio Cordeiro. É válido citar que entre a saída do centro da Serra do piloto (Mangaratiba- RJ), até a localidade do Voo Livre (Itaguaí - RJ), a estrada perpassa geograficamente no limite dos municípios de Rio Claro (Sentido Mangaratiba), e Piraí (Sentido Itaguaí), entretanto sem maiores importâncias no que se refere às questões de turismo rural, proposta central desta pesquisa. As serras do Matoso e Piloto (S. M/P) encontra-se em um território de perfil serrano, tendo em seu ponto mais alto 1.182m e 572m de altitude média.

Tanto Serra do Matoso como Serra do Piloto, apresentam características espaciais similares, com uma predominância de floresta ombrófila densa, vegetações predominantes do bioma da Mata Atlântica (IBGE, 2010), com características de elementos territoriais rurais, como coesão social e cultural de seus atores, espaços com pequenas e medias vilas e povoados (BRASIL / MDA, 2003), Nestas localidades

foram identificados grandes espaçamentos de terra sem a presença permanente do homem, com domicílios recenseados em toda a extensão de sua área, situado nos limites dos espaços urbanos. (IBGE, 1996), o que segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário⁴ (2005), define estas localidades como espaços rurais.

Ambiente natural pouco modificado e/ou parcialmente convertido as atividades agro-silvo-pastoris; baixa densidade demográfica população pequena; base na economia primária e seus encadeamentos secundários e terciários; hábitos culturais e tradições típicas no universo rural (BRASIL / MDA, 2005, p.28)

A partir da pesquisa de campo foram observadas similaridades que aproximam, ambas as localidades (S. M/P), onde segundo os “traços” de Marques (2002), pode-se destacar: Uma economia baseada em uma na atividade rural, dependentes diretas da natureza, com baixa densidades populacional, complexidade social e mobilidade social, tendo diferenças na homogenia e heterogenia da população.

Ambas as localidades (Serra Matoso / Serra do Piloto), apresentam ao longo de suas extensões potencialidades turísticas, que remetem a caminhos indígenas dos séculos XVII e XVIII, e atividades de seres humanos escravizados, principalmente no trabalho de construção de engenharia e em atividades relacionadas ao caminho de escoamento do ouro que vinha de Minas Gerais e posteriormente nas rotas do ciclo cafeeiro do Médio Paraíba - RJ durante o século XIX. A partir das pesquisas bibliográficas, documentais, telemáticas e pesquisa de campo desenvolvida nestas localidades (S. M/P), foram levantadas ao todo 16 potencialidades esportivas, turísticas, históricas e socioculturais, que demonstram as mudanças que a região passou principalmente nos últimos 200 anos. Segue abaixo em

⁴ No ano de 2016 o Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi unificado, com o Ministério de Desenvolvimento Social, surgindo o Ministério de desenvolvimento Social e Agrário.

destaque (com imagens⁵) os principais monumentos e marcos de relevância⁶:

4.1 Serra do Matoso - Itaguaí⁷:

A) Igreja Nossa Senhora Aparecida

Fundada entre 1790-1820 e localizada na subida de um pequeno morro no final da estrada do cacau e divisa da estrada da Calçada com a estrada do Matoso a Igreja de Nossa Senhora Aparecida, foi reformada na década de 50 do século XX, entretanto mantém um perfil rustico, com características barrocas e seu sino (Original), a igreja continua em funcionamento, ocorrendo semanalmente celebrações religiosas no local, para comunidade da região.



B) Entrepasto comercial

Na divisa entre a subida da estrada do Caçador e a estrada do Matoso, pelo caminho de quem vem pela estrada do cacau, localizado em um ponto estratégico, encontra-se o entreposto comercial da Serra do Matoso, com características de fundação no século XVIII, atualmente abandonado, o entreposto demonstra que a região foi bem movimentada, comercialmente entre os séculos XVIII e XIX, com caminho recorrente de tropeiros que vinham da Região do Médio Paraíba e da Costa. A existência de um entreposto na divisa de três estradas demonstra a importância comercial do local e sua movimentação de pessoas e mercadorias.

⁵ Todas as imagens foram feitas pelo autor durante suas pesquisas de campo.

⁶ Foram utilizados como Parâmetro subida pela Serra do Matoso e Descida pela Serra do Piloto

⁷ Informações relacionadas a pesquisa histórica de Itaguaí – Serra do piloto foram extraídas de ITAGUAÍ (2010)



C) Estrada da Calçada

Com 4.3 quilômetros a Estrada da Calçada é datada de 1822 e se inicia no lado contrário a subida a Serra do Matoso, após o entreposto comercial, recortando em subida a mata atlântica originária, feito toda em “pé de moleque”, com pedras que medem em média mais de 100 quilos, a estrada foi feita por homens escravizados durante o século XIX, e servia como caminho que descia o Médio Paraíba - RJ e era passagem para vila de Itaguaí e rota para a costa e capital do Império



D) Vista do alto da estrada da calçada

Na primeira parada da estrada do caçador, encontra-se em frente a “casa amarela” a primeira vista na estrada, de onde é possível observar o município de Itaguaí, Seropédica e o Bairro de Santa Cruz – RJ, além de uma visão panorâmica de toda Baía de Sepetiba.



E) Pedra da “Prezidencia” do Rio de Janeiro

Escondido na trilha da calçada encontra-se a pedra marco da “Prezidencia”, datado do século XIX, a pedra servia como marco localizador de tropeiros advindos de outras regiões e também quem “controlava”, toda comarca. Atualmente o marco encontra-se depredado por forasteiros que, tentam furtar as letras visando seu possível valor comercial.



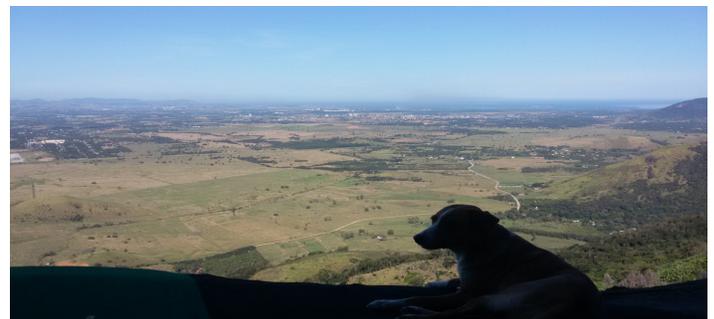
F) Mirante do Imperador

Considerado, principal ponto de visitação para quem passeia pela Estrada da Calçada, o Mirante do Imperador é uma homenagem a D. Pedro I, localiza-se a aproximadamente 613 metros de altitude e proporciona uma vista completa de toda região da antiga fazenda Santa Cruz (Século XVII - XVIII), de onde é possível contemplar os municípios de Itaguaí, Mangaratiba, Seropédica, Bairro de Santa Cruz – RJ e Baía de Sepetiba.



G) Rampa de Voo Livre (S 22° 96'48” W 043° 48' 40”)

Ao lado contrario as Estada da Calçada, subindo a serra do Matoso em sua parte mais alta, no limite do município de Itaguaí encontra-se a Rampa de Voo Livre, com uma altitude de 420 metros e uma ampla possibilidade de pouso em toda a região da baixada da serra.



1.2 Serra do Piloto – Mangaratiba⁸

A) Igreja de São João Marcos

Chegando pela estrada de São João Marcos (RJ-149), dobrando a esquerda, (Vindo pela Serra do Matoso), localiza-se a Vila da Serra do Piloto, onde encontra-se a igreja de São João Marcos, datada da

⁸ Todas as informações com relação as bases históricas da Serra do Piloto – Mangaratiba, são referidos ao textos de BONDIM; HEFFNER e SOUZA, 2014 e BONDIM, 2011.

década de sessenta do século passado, nela encontra-se a imagem de São Marcos que veio para localidade após a cidade de São João Marcos ter sido inundada e destruída na década de 40 do século XX⁹, na igreja encontra-se também o sino que veio junto com a imagem do padroeiro.



B) Assentamento Rubião

A comunidade do assentamento Rubião, localiza-se na Serra do Piloto, na saída da (RJ-149), na paragem conhecida como Benguela, suas características principais são o trabalho e agricultura familiar de aproximadamente 50 famílias, com fabricação de produtos característicos, como: Compotas, café, queijo, derivados de banana, etc., além de atrativos naturais como cachoeiras do Benguela e do Rubião. Além de espaços para acontecimentos festivos relacionados às atividades das comunidades rurais da região, foi indicado pelos próprios atores locais a potencialidade de abertura de suas propriedades para atividades de *camping* ao longo do ano, com refeições de produtos característicos da própria localidade.

⁹ São João Marcos foi a primeira cidade do país a ser tombada pelo SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) em 1939 [...] E também a primeira e única a ser destombada: desta vez por decreto-lei do então ditador Getúlio Vargas, que revogou o tombamento e entregou a cidade para ser destruída, casa por casa, pela Light. [...] em 1907, a *The Rio de Janeiro Tramway, Light and Power, co.Ltd* (hoje apenas Light) começou as obras da represa de Pirai. [...] Desde a primeira inundação e a epidemia de malária, os 4.600 moradores que restaram vivos [...] Em 1939 a Light comprou 78 fazendas e algumas casas da turma rica e influente, que poderia ter algum poder de oposição. [...] A população de São João Marcos, que era de 18.000 habitantes em 1898, caiu para 7.400 em 1922 chegando a 4.600 em 1941 – ano em que o governo e a Light completariam o plano de sua completa destruição. (<http://diariodovale.com.br/bastidores-e-notas-por-aurelio-paiva/sao-joao-marcos-vida-paixao-e-morte-de-uma-cidade/>, extraído em 18 de agosto de 2017)



C) Casa de Refino



Localizado dentro do Assentamento Rubião, encontra-se uma casa de estilo clássico onde, segundo moradores, na década de 80 do século XX, foi local de refino de cocaína, de sicários do traficante colombiano Pablo Escobar, a difícil localização da casa, em meio da mata fechada se torna propício para esse tipo de atos ilícitos. A casa encontra-se, como foi deixada por seus últimos moradores, aproximadamente 30 anos, desde que a Polícia Federal brasileira (PF), fechou as atividades no local.

D) “Cachoeira dos Escravos”

Como caminho para “modernização do Brasil”, foi construída por pessoas escravizadas, no século XIX, a primeira estrada de rodagem no Brasil (atual RJ-149), que servia como o primeiro posto de barreira alfandegária do Brasil, ao longo da estrada destaca-se a passagem denominada “cachoeira dos escravos”, datada de 1856, em arco e toda feita à mão, a obra se sobressai pela “modernidade à época”, com passagens de aqueduto e corredor lateral para o escoamento de águas vindas das partes mais altas da montanha, todo o trecho é preservado e seu entorno

não pode sofrer alterações estruturais e arquitetônicas. Como característica peculiar desta obra destaca-se uma passagem por dentro da edificação onde se pode movimentar pelo duto (que fica debaixo da estrada), entre a queda d'água que vem da parte alta da serra e o abismo onde a água é desaguada.



E) Bebedouro da Barreira

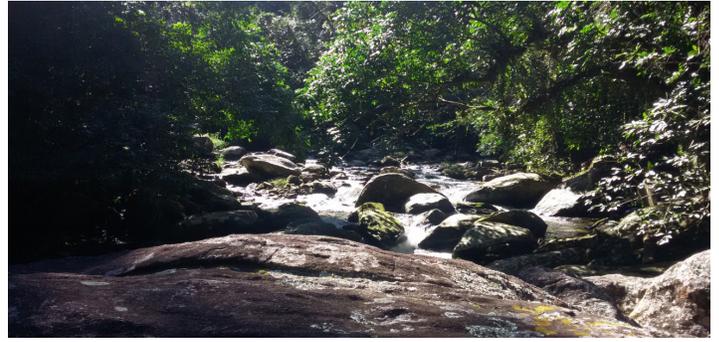
Ainda ao longo da Estrada de São João Marcos (RJ - 149), seguindo sentido Mangaratiba, encontra-se o bebedouro da barreira (ainda em funcionamento), inaugurado em 1857, era o ponto obrigatório de parada de tropeiros e posto de fiscalização do império e de barreira alfandegária.



F) Sítio da Barreira

Em frente ao bebedouro da Barreira, está o Sítio da Barreira, localidade privada onde existe um sítio arqueológico, que apresenta trechos de calçamento de pedras, galpão de depósito de mercadorias, área de calceteria, ponte de pedras sobrepostas, mãos francesas de sustentação, muros de contenção, bueiros, bicas D'água, vestígios de posto de cobrança e túmulos.

Além da descida de quedas e cachoeiras que vem das partes mais altas da serra do Piloto.



G) Mirante Imperial

O Mirante Imperial, se localizada em um platô ao lado direito de descida da Estrada de São João Marcos (RJ - 149), onde é possível observar os municípios de Mangaratiba, Oceano Atlântico e Ilha Grande ao fundo. Está parte da estrada encontra-se preservada ainda com seu calçamento original em pedra de “cabeça negro”, com beirais originais do Século XIX e marcos em mármore.



H) Ruínas do Entreposto

Localizado na parte baixa da Serra do Piloto conhecido como Saco de Mangaratiba, encontra-se o entreposto (trapiches e armazéns) comerciais datado do século XIX, este estabelecimento tinha o papel de escoamento de produtos como café que vinham do Médio Paraíba – Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro de Minas Gerais e demais produtos. O entreposto era ponto comercial da rota do ouro e posteriormente rota do café, além do comercio de pessoas escravizadas.



I) Ruínas do Teatro

Próximo as ruínas do entreposto no Saco de Mangaratiba, localiza-se as ruínas do Teatro, construído com a finalidade de satisfazer a elite local da época, foi ponto cultural de toda região no século XIX, com destaque para os anos de 1833 e 1834, onde ocorreram apresentações artísticas de João Caetano, tendo ao seu lado ruínas do correios, datado do ano de 1840.



A proposta a seguir, é apresentar propostas, de um desenvolvimento destas potencialidades da Serra do Matoso e Serra do piloto (S. M/P), na medida que tenha como ação final a promoção e participação de forma igualitária de todos os atores locais envolvidos no processo.

5. Indicações de desenvolvimento do turismo rural

A partir das visitas de campo entre os meses de abril à junho de 2017, foi notória a demonstração de potencialidades histórico-culturais e sociais nas localidades (Serra do Piloto / Serra do Matoso – S.M/P)¹⁰, somado a isto foi acompanhado a participação

governamental e não governamental durante as duas últimas reuniões do colegiado da Baía da Ilha Grande – BIG¹¹ realizados em 30 de março de 2017 nas dependências da Universidade Federal do Rio de Janeiro e 21 de junho na Câmara municipal de Itaguaí / RJ, onde tiveram como um de seus temas centrais de pauta as propostas de desenvolvimento destas duas regiões, a partir da promoção do turismo rural.

O debate durante as duas reuniões foram reiteradas durante a 1º reunião do Grupo de Trabalho do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário da Baía da Ilha Grande¹² (PTDRSS - BIG), ocorrido em 12 de julho de 2017, contando com a participação de atores governamentais e não governamentais dos municípios de Itaguaí (Serra do Matoso) e Mangaratiba (Serra do Piloto), onde foram levantadas propostas com intuito de promover “ações que contribuam para mudanças estruturais na condição de vida da população local e que sejam inovadores no sentido de promover a diversificação das atividades econômicas e a valorização de distintos modos de vida.” (ZIMMERMANN; GRISA; TECCIO; et al. 2014, p. 568), a partir do turismo rural, pautado na conservação destes espaços. Onde a principal sugestão seria o desenvolvimento de ações produtivas que fossem convergentes com uma coerência interna destes espaços, e com a perspectiva ampla de uma aderência dos atores envolvidos.

A partir da interação com o colegiado da BIG e participação continua nas atividades com seus participantes e composição das ações do Grupo de Trabalho do PTDRSS – BIG¹³, foram levantadas pelos atores locais em parceria com o Laboratório de Pesquisa

11 Colegiado onde o território da S. M/P estão inseridas

12 PTDRSS Deverá ser a expressão do conhecimento e visão de futuro dos atores locais e sua coesão social no território. Deverá apontar e alavancar iniciativas locais para o desenvolvimento sustentável, e criar condições para o acesso às oportunidades (externas) tanto privadas quanto públicas. [...] busque ser, de fato, uma manifestação da realidade do território, com um diagnóstico, uma visão de futuro, eixos de desenvolvimento, programas e projetos. (MDA, 2009, p.14 e 20)

10 Apresentado no item 4 deste artigo

em desenvolvimento territorial / Núcleo de Extensão em desenvolvimento Territorial (LPDT / NEDET), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), as seguintes propostas:

A) Criação de Associação ou Cooperativa:

Dentre os debates tratados entre integrantes da BIG durante a 8ª e 9ª reuniões do colegiado da BIG e o 1º GT do PDTRSS, foi levantada a possibilidade de integração dos atores locais na medida de promoção socioeconômicas local das Serras do Matoso e do Piloto (Ata 9ª Reunião do Colegiado da BIG), com essa perspectiva foram levantadas as possibilidades da criação de uma associação ou cooperativa (não ficou definida a opção entre os atores locais), como uma ação que integraria atores locais de diferentes atividades (turísticas, esportivas, agricultura familiar, hospedagem, produtos artesanais, etc.), sobre a alçada de uma única organização.

Apesar das diferenças entre as possibilidades associativas (Com uma perspectiva filantrópica e sem titulares) e as possibilidades cooperativas (Com bases econômicas próprias e melhor estruturadas), ambas alternativas demonstram-se viáveis do viés legal, visto que pelo levantamento compreendido nas reuniões foi percebido mais de 20 membros relacionados ao tema, o que legalmente proporcionaria a criação de uma cooperativa. (Lei nº 5.764/71).

As cooperativas da agricultura familiar têm o potencial de fornecer, principalmente, aos pequenos municípios, uma alternativa de desenvolvimento, pois se propõem a organizar processos produtivos propiciando a agregação de valor aos produtos locais. Além disso, elas têm se comportado como difusoras de conhecimento técnico, ideias inovadoras de organização social, desenvolvimento sustentável, construção e articulação de redes, enfim,

têm o potencial de reposicionar os recursos disponíveis (econômicos, humanos e ambientais) em um novo patamar. (SAQUET; ALVES, 2014, p. 582)

Entretanto, outros atores envolvidos, demonstraram a importância do processo de reciprocidade e valorização dos aspectos culturais, sociais, históricas e políticas da região, ideário que aproxima uma ideia mais associativista e que não impediria a possibilidades de desenvolvimento entre os atores e produtores e prestadores de serviço das localidades, vide a legislação referente (Lei 10.406 de 2002).

Entendendo está dicotomia entre associação e cooperativa fica explícito “a complexidade produtiva do rural e do urbano periférico brasileiro exige que o cooperativismo englobe vários ramos, tais como crédito, produção, trabalho, comercialização, assistência técnica e infraestrutura da agricultura e economia solidária”. (SAQUET ; ALVES, 2014. p.584).

Todavia, fica como indicação, já debatida entre os atores (avetada durante os próprios eventos – Reuniões BIG e GT /PDTRSS), que uma proposta inicial de base associativa, poderia ser um caminho que ofereceria uma sustentação legalmente, tão válida quanto uma cooperativa, porém menos complexa em sua concepção, de uma forma que reuniria os atores envolvidos sobre a mesma organização e que não inviabilizaria após sua consolidação (que levaria temo hábil particular), o surgimento de uma cooperativa oriunda originalmente desta associação.

B) Criação de Marca Coletiva:

A proposta da criação de uma marca coletiva para as atividades de turismo rural na S. M/P, baseia-se na sugestão de fortalecimento que a coletividade promove aos envolvidos, frente aos os de megacorporações (REGALADO, et al, 2012), e se da no ideal do desenvolvimento de uma concepção que promova uma identidade visual única para os integrantes deste

empreendimento coletivo (associação e cooperativa), indiferente do serviço ou produto específico oferecido, desde que tenham em comum ações de promoção do turismo rural e seus respectivos desdobramentos ocorram obrigatoriamente nas localidades das Serra do Matoso e/ou Serra do Piloto.

Marca Coletiva é aquela destinada a identificar e distinguir produtos ou serviços provenientes de membros de uma pessoa jurídica representativa de coletividade (associação, cooperativa, sindicato, consórcio, federação, confederação, entre outros), de produtos ou serviços iguais, semelhantes ou afins, de procedência diversa (art. 123, inciso III, da LPI). A marca coletiva possui finalidade distinta das marcas de produto e de serviço. O objetivo da marca coletiva é indicar ao consumidor que aquele produto ou serviço provém de membros de uma determinada entidade

Podem utilizar a marca coletiva os membros da entidade detentora do registro, sem necessidade de licença de uso, desde que estejam previstos no regulamento de utilização da marca. Por sua vez, o titular da marca pode estabelecer condições e proibições de uso para seus associados por meio de um regulamento.

(<http://manualdemarcas.inpi.gov.br>, extraído em 17 de agosto de 2017)

Entender a proposta de marcas coletivas neste sentido é incentivar o controle participante de forma solidária onde “observam em seus pares, parceiros socioeconômicos e incentivo de uma territorialização e desenvolvimento coletivo e não setorizado” (ZIMMERMANN; GRISA; TECCIO; et al. 2014. P. 546). Assim sendo a marca coletiva no território da S. M/P, caminha na indicação de se tornar uma “ferramenta capaz de auxiliar uma coletividade a promover seu posicionamento no mercado, criar sua reputação e protegê-la frente à concorrência desleal, além de melhor organizar a atividade econômica coletiva” (REGALADO, et al, 2012, p. 06), que desenvolva e identifique todos seus envolvidos (produtos e serviços), sobre o mesmo signo distintivo de forma exponencial e

participativa.

C) Promoção de arranjos/rearranjos turísticos – esportivas e indicação de procedência:

Devido às singularidades entre S. M/P, e as particularidades sócio histórico comum destes locais, associado às indicações realizadas pelos atores locais, ficou notório uma busca de interesse com relação a uma integração socioprodutivas nas serras, de maneira que promovesse a “ativação de outras produções locais com forte identificação cultural e identitária” (VELARDE, 2003). Foram levantadas propostas e sugestões pelos próprios atores durante a reunião do Grupo de Trabalho (GT) da Baía da Ilha grande, com ações relacionadas ao turismo rural pelos próprios interessados, como:

Tabela 01 - Ações em Andamento / ações de fortalecimento econômico local / Ações para coesão do território da BIGLPDT–NEDET. Relatório de Respostas coletivas do GT-PTDRSS/BIG (12, 07 2017)

Projeto de Desenvolvimento turismo rural serra do Matoso – Raiz da Serra e Estrada da Calçada	Itaguaí	Itaguaí
Projeto de Turismo Rural - Rubião	UFRRJ	Mangaratiba
Projeto de Desenvolvimento turismo rural serra do Matoso – Raiz da Serra e Estrada da Calçada	Itaguaí	Itaguaí
Turismo rural na Serra do Piloto	Prefeitura, UFRRJ, GP Estudos Sociais em Hospitalidade e lazer, Sociedade Civil	Mangaratiba
Consórcio de promoção de desenvolvimento conjunta dos territórios	Prefeituras municipais	Territórios
Consórcio de promoção de desenvolvimento conjunta dos territórios	Prefeituras municipais	Territórios

LPDT–NEDET. Relatório de Respostas coletivas do GT-PTDRSS/BIG (12, 07 2017)

Estas sugestões propostas pelos atores locais alçam a possibilidade do desenvolvimento de uma indicação de Arranjo Produtivo Local (APL)¹⁴ e

14 Arranjo Produtivo Local (APL) caracteriza-se por um acumulado expressivo de empreendimentos num determinado território e indivíduos que atuam em torno de uma atividade produtiva predominante, que compartilham formas percebidas de cooperação e algum mecanismo de governança, e pode incluir pequenas, médias e grandes empresas. (FERNANDES, NASCIMENTO, ALMEIDA, 2015)

promoção de atividades relacionados ao turismo rural, como passeios (cavalo, charrete, motos, carros, bicicletas, etc.), caminhadas, trilhas, etc. com paradas específicas nos pontos históricos ¹⁵ do território, restaurantes, pontos e venda de produtos de fabricação local e estadia em hospedagens da região, podendo inclusive ter a culminância em eventos que promovam um calendário de atividades anualmente ao longo da Serra.

O que movimentaria não somente os atores locais relacionados a promoção turística, mas também os agricultores locais, na medida em que os produtos utilizados nestas pousadas e restaurantes seriam oriundos da produção familiar da própria localidade.¹⁶ O que proporcionaria um número maior de indivíduos envolvidos sob a mesma entidade (Associação / Cooperativa) e com o mesmo signo distintivo (Marca coletiva).

Estas práticas, sugerem (em longo prazo), um grau de organização impar de seus atores, o que promoveria incremento de uma indicação geográfica (IG), na medida em que “identifica a origem de produtos ou serviços quando o local tenha se tornado conhecido ou quando determinada característica ou qualidade do produto ou serviço se deve a sua origem” (<http://www.inpi.gov.br/menu-servicos/indicacao-geografica>, extraído em 18 de agosto de 2017), mais especificamente a uma indicação de procedência (IP), como um “nome geográfico” que identifica atividade socioeconômica ao local.

Indicação de procedência - é o nome geográfico de um país, cidade, região ou uma localidade de seu território que se tornou conhecido como centro de produção, fabricação ou extração de determinado produto ou prestação de determinado serviço. É importante lembrar que, no caso da indicação de procedência, é necessário apresentação de

documentos que comprovem que o nome geográfico seja conhecido como centro de extração, produção ou fabricação do produto ou prestação do serviço.

(<http://www.inpi.gov.br/servicos/perguntas-frequentes-paginas-internas/perguntas-frequentes-indicacao-geografica>, extraído em 18 de agosto de 2017)

Proporcionando uma percepção como parte englobante maior de um mesmo território amplo e que a partir de uma IG única se torna referência na prática de produtos e serviços turísticos, hoteleiros, esportivos e culinários da S. M/P, trazendo a esse espaço notoriedade e reconhecimento por suas práticas e atividades que englobam o turismo rural de forma mais ampla e valorizadora de suas potencialidades locais sem a perda de suas propostas de conservação.

A proposta de desenvolvimentos indicada tem como finalidade principal a atuação e autonomia dos atores locais na medida em que “são estimulados a construir, selecionar, desenvolver e realizar o controle social de projetos coletivos que venham a atender as demandas produtivas, econômicas, culturais, ambientais e sociais dos territórios” (ZIMMERMANN; GRISA; TECCIO; et al. 2014, p.546), é válido a ressalva de que a participação comunitária é o principal pilar de sustentação das atividades propostas.

A revelação definitiva de cada território somente ocorrerá quando sua população, através dos atores sociais, reconheça os seus elementos caracterizadores da coesão social e territorial, durante, ou logo após, o processo de construção da identidade e proposição de sua visão do futuro. (MDA, 2005, p. 29)

Assim sendo qualquer construção que não seja conexa e coletiva, descolada das indicações e anseios das comunidades e atores envolvidos, seria somente um reflexo vertical impositivo, distinta desta proposta central que é fomentar uma teia de sustentação dos atores e comunidades referidas (Serra do Matoso / Serra do Piloto), de uma maneira que vise à conservação dos

¹⁵ Vide capítulo 5 deste artigo

¹⁶ “Como exemplo prático indicativo, fica proposto o” APL de Turismo de Paraty”, Villela, Tenório (Org.), 2013, p. 166-190.

espaços, com uma proposta desenvolvedora coletiva e conjunta destes atores e destas localidades.

6. Considerações finais

Pode-se concluir que existem potencialidade de desenvolvimento socioeconômico de forma associada entre as Serras do Matoso e Serra do Piloto, a pré-disposição espacial entre ambas as localidades produz intrinsecamente uma relação que proporciona alternativas conjuntas propiciadoras do desenvolvimento endógeno em ambos os espaços.

O desenvolvimento de alternativas com intuito final de territorialização (ou reterritorialização), de forma que tenha no próprio espaço o principal condutor e fornecedor de suas atividades torna-se um mecanismo de sugestão que equilibrem os processos forçosos externos (Na maioria das vezes globalizantes econômicos e/ou políticos), e forneçam para os atores locais mecanismos de desenvolvimento local conjunto de forma coesa.

Vale a ressalva e importância de uma indicação da criação de uma entidade agregadora entre os atores interessados nas atividades fins da promoção socioeconômica do território baseado no turismo rural, sejam eles comerciantes (Donos de restaurantes, pousadas, sítios, comércios, localidades turísticas), ou agricultores familiares, agregados sobre o signo do mesmo ente (associação ou cooperativa), de uma forma a criar uma proposta de desenvolvimento coletivo e agregador, que pode ser reafirmado por uma marca coletiva, que promova identidade única e marca visual a todos seus integrantes.

Fica como indicação a criação de um calendário de atividades, que proporcione a visita no território de forma contínua durante o ano, sem que essas ações interfiram de forma depreciativa na essência histórico-cultural destas localidades, de seus valores e

na autonomia de seus atores, o desenvolvimento desta indicação pode em médio longo prazo se bem conduzida proporcionar uma indicação de procedência (IP), que demonstre o território como um arranjo produtivo local (APL) em polo turístico rural, com características particulares.

A promoção destas atividades deve, na medida do possível, ser de autonomia dos atores locais, podendo ter apoio de políticas públicas e colaboração governamental, mas que tenha em seu cerne, e na construção do estatuto de sua entidade, a premissa de uma decisão final coletiva (e inclusive o encerramento das atividades), única e exclusiva dos atores locais envolvidos.

7. Bibliografia

ABRAMOVAY, Ricardo. **Fundações e Medidas da Ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Rio de Janeiro /RJ : IPEA / Ministério do planejamento, orçamento e gestão, 2000.

BACATTINI, Giacomo. **O Distrito Marshalliano: uma noção socioeconômica**. 2002

BARQUERO, Antonio Vásquez. **Desenvolvimento endógeno em tempos de globalização**. Porto Alegre: Fundação de Economia e Estatística, 2002.

1994

BENI, Mário Carlos. **Globalização do turismo: megatendências do setor e a realidade brasileira**. São Paulo: Aleph, 2003.

BONDIM, Mirian; HEFFNER, Luciano; SOUZA, Livia Campos de (org.) **A História da Estrada Imperial Mangaratiba-São João Marcos**, Fundação Mário Peixoto, Edições Galo Branco, Rio de Janeiro, 2011.

BONDIM Mirian. **A História da Cidade de Mangaratiba: da aldeia ao cenário de Limite**, Mangaratiba, Fundação Mário Peixoto, Ed. Letra e Versos, Rio de Janeiro, 2014.

BRANDÃO, Carlos. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. 2º ed. Campinas. Unicamp, 2012

- BRESSER-PEREIRA, L.C. **Desenvolvimento e crise no Brasil: história, economia e política de Getúlio Vargas a Lula**. São Paulo: Editora 34, 5ª ed, 2003
- CANÇADO, Airton Cardoso; PEREIRA, José Roberto; TENÓRIO, Fernando Guilherme. **Gestão social: epistemologia de um paradigma**. Curitiba: CRV, 2013
- CASTELLS, Manoel. **A sociedade em rede** (Era da informação, vol. 1). Editora Paz e terra, Rio de Janeiro / RJ. 1996
- DÉBORD, G. **A sociedade do espetáculo**. Editora Contra-Ponto, Rio de Janeiro / RJ. 1997.
- DELUZE, G; GUATTARI, F. **Mil Platôs, Capitalismo e esquizofrenia**. Editora 34. Rio de Janeiro / RJ. 1997.
- FERNANDES, Carlos Leonardo; NASCIMENTO, Carlos A. Sarmiento; ALMEIDA, Douglas. **Ilha da Madeira – Itaguaí (RJ - Brasil) um arquipélago em disputa: os megaempreendimentos, atores locais e o APL pesqueiro da região**. In: XV Congresso Internacional de Geógrafos da América Latina, Havana / Cuba. Anais. Universidad La Havana – Cuba, 2015.
- FERNANDES, João Luís Jesus (2008): **Insegurança ambiental e migrações**. Contributo para uma sistematização de conceitos; in Quinto Encuentro Migraciones, causas y consecuencias; Eumed.Net; Universidad de Málaga.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas,
- HAESBAERT, Rogério. **Omitoda desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
- HASBAERT, Rogério. **Dos múltiplos Territórios à Multiterritorialidade**. In: Heidrich, Álvaro *et al.* (Org.). A emergência da multiterritorialidade: a resignificação da relação do humano com o espaço. 1ª ed. Porto Alegre (RS): Editora da ULBRA e Editora da UFRGS, 2008. p. 19-36.
- HAESBAERT, Rogério; LIMONAD, Ester. **O território em tempos de Globalização**. etc..., espaço, tempo e crítica, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 39-52, ago. 2007.
- IANNI, O. **A Era do Globalismo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996
- IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Editora Civilização Brasileira. Rio de Janeiro / RJ. 1992.
- IBGE **Cidades**, Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>, extraído em 08 agosto 2017.
- IBGE. **Manual técnico da vegetação brasileira**. Rio de Janeiro: 2012
- INPI. **O que é Marca**. Disponível em <http://manualdemarcas.inpi.gov.br/>, extraído em 17 de agosto de 2017.
- INPI. **O que é indicação geográfica**. Disponível em <<http://www.inpi.gov.br/servicos/perguntas-frequentes-paginas-internas/perguntas-frequentes-indicacao-geografica>>, extraído em 18 de agosto de 2017.
- ITAGUAÍ. Secretaria municipal de educação e cultura. **Coletâneas de nossas memórias - Itaguaí, a cidade do porto**. Itaguaí / RJ, 1º edição. 2010.
- JARA, Carlos J. **A Sustentabilidade do Desenvolvimento Local: Um processo em Construção**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura: Recife: Secretaria de Planejamento do Estado de Pernambuco - SEPLAN, 1998
- KOGA, Dirce; NAKANO, Kazuo. **Perspectivas territoriais e regiões para as políticas públicas brasileiras**. In: A abongnas conferencias. Caderno Abong. 2005
- LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal. Lógica dialética**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995
- LISBOA, Marijane. **Ética e cidadania planetária na era tecnológica: O caso da proibição da Basileia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 1ª Ed. 2009.
- LLORENS, Francisco Albuquerque. **Desenvolvimento econômico local: caminhos e desafios para construção de uma nova agenda política**. Rio de Janeiro: BNDES, 2001
- LPDT / NEDET. **Relatório de respostas coletivas PTDRSS – BIG**. Universidade federal Rural do Rio de Janeiro – UFRRJ. 12 de julho de 2017
- MARTINS, Rafael D’Almeida; CALDAS Eduardo de Lima. **Visões do desenvolvimento Local: Uma análise comparada de experiências brasileiras**. Revista Interações, Campo Grande / MT, v. 10, n. 2, p. 207-218,

jul/ dez 2009

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Referências para o desenvolvimento territorial sustentável.** Brasília: CNDRS/ CONDRAF/ NEAD, Brasília / DF. 2003

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Referências para uma Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável no Brasil.** Brasília / DF. 2005.

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Referências para a Gestão Social de Territórios Rurais.** Documentos Institucionais, n. 03. Brasília: MDA/SDT, 2005

MINISTÉRIO DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO (MDA). **Orientações Gerais para a elaboração e qualificação do PTDRS.** Brasília / DF, agosto de 2009

MORIN, Edgar. **O Método 2 - A Vida da Vida.** Europa América, 1999

ORTIZ, R. **Mundialização e Cultura.** Editora Brasiliense. São Paulo / SP. 1994

OLIVEIRA, Francisco de. **Aproximações ao enigma: o que quer dizer desenvolvimento local?** São Paulo: Instituto Pólis, Programa Gestão Pública e Cidadania da FGVEAESP, 2001.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do Poder.** São Paulo / SP. Ática. 1993

REGALADO, P. F., TIMBÓ, C. S., ROIZMAN, M. B., BARBOSA, P. M. S, FARIA, R. S. V. **Marcas coletivas: onde estamos e para onde queremos ir?** In: V Encontro Acadêmico de Propriedade Intelectual, Inovação e Desenvolvimento, 2012, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro, 2012

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Processos de globalização.** In: SANTOS, B. S. (Org.). *A globalização e as ciências sociais.* 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2005, p.31-106.

SANTOS, Milton. **Metamorfose do espaço habitado.** São Paulo/ SP, EDUSP, 2008

SAQUET, Marcos. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

SAQUET, Marcos Aurelio; ALVES, Adilson Francelino.

Experiências de desenvolvimento territorial em confronto. revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 574-598, abr., 2014

SAQUET, Marcos et al. *A agroecologia como estratégia de inclusão social e desenvolvimento territorial.* In: SAQUET, M.; SANTOS, R. (Org.). **Geografia agrária, território e desenvolvimento.** São Paulo: Expressão Popular, 2010. p. 237-254.

SMITH, Neil. **Desenvolvimento desigual,** editora Bertrand Brasil. Rio de Janeiro / RJ. 1988

TENÓRIO, Fernando Guilherme (org.). **Gestão Social e gestão estratégica.** Rio de Janeiro / RJ: FGV. 1º Ed, 2013.

VELARDE, Irene. **Metodología de activación de productos locales: construyendo una calidad ‘posible’ con pequeños productores rio-platenses.** Sistemas agroalimentarios localizados. Buenos Aires, INRA/ INTA, 2003. p. 7-20.

VERGARA, Sylvia Constant. **Projetos e relatórios de pesquisa em administração.** 9ª ed. São Paulo: Atlas, 2007

VILELLA, L. **Redes, desenvolvimento e gestão social em arranjos produtivos Locais (APLs) estado do Rio de Janeiro.** in: Tenório, F (Org.). *Gestão Social e gestão estratégica: Experiências em desenvolvimento territorial.* Rio de Janeiro: FGV, 2013. p. 101-220

ZIMMERMANN; GRISA; TECCIO; et al. **Desenvolvimento territorial e políticas de enfrentamento da pobreza rural no Brasil.** revista de geografia agrária, v. 9, n. 17, p. 540-573, abr., 2014